

DEFENDE CIDÁLIA OLIVEIRA

Questões de herança constituem preocupação

Notícias, Mulher, 07.02.2016, 02, 29.859

O ACESSO da mulher à herança ainda constitui uma preocupação e desafio, pois esta ainda continua injustiçada por não conhecer os seus direitos e os mecanismos de assistência em caso de violação dos mesmos.

A constatação foi feita ontem, na cidade de Maputo, pela Ministra do Género, Criança e Acção Social, Cidália Chaúque, na abertura da segunda Jornada Jurídica Técnico-Científica sobre "O Estatuto da Mulher no Direito Sucessório Moçambicano", organizada pela Associação Nacional dos Juristas Moçambicanos (ANJUR).

A ministra disse que apesar da aprovação da Lei da Família e da existência de outros dispositivos legais que protegem a mulher, ainda é necessário alargar o debate sobre o Direito Sucessório, a questão da herança.

Sublinhou que é necessária uma "profunda reflexão sobre as situações de discriminação e desigualdade a que a mulher moçambicana, principalmente a que reside nas zonas rurais, é submetida, pois é lá onde as práticas costumeiras com vícios graves são mais evidentes", disse.

A governante defende a necessidade de revisão das leis relativas à questão da herança e sucessão. Afirmou que este pro-



Cidália Oliveira na Jornada Jurídica Técnico Científica sobre o Estatuto da Mulher no Direito Sucessório Moçambicano

cesso deve ser feito respeitando os usos e costumes, as tradições (patriarcal e matriarcal) vigentes no país.

Apontando o Código Civil como exemplo, disse que deve ser feita uma maior reflexão sobre os critérios para os benefícios da herança. Cidália Chaúque sublinhou que esta norma é totalmente desconhecida nas famílias, sobretudo quando surgem

infortúnios, mortes.

Presente no evento, a juíza e conselheira do ANJUR, Osvalda Joana, disse que se deve ter maior atenção sobre a questão do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) em caso de morte de um dos cônjuges.

"Actualmente quando morre a mulher a casa, terra, reverterem a favor do homem, mas quando acontece o contrário este imóvel

é aproveitado pela família do marido", disse, salientando que a situação é injusta e deve ser revista.

Por seu lado, o juiz e conselheiro científico do ANJUR, Dias Pereira, afirmou que devem ser criados mais eventos, jornadas jurídicas, para uma melhor reflexão sobre o Direito Sucessório para a mulher, de forma a procurar soluções dos problemas existentes.